

CONSTRUINDO UMA CARTOGRAFIA DO PODER SOB AS ÓTICAS DE MICHEL FOUCAULT E PIERRE BOURDIEU

Anderson Luiz da paixão Café¹
Núbia Moura Ribeiro²
Roberto Leon Ponczek³

RESUMO

Este texto trata das concepções teóricas de dois pensadores da filosofia francesa que se dedicaram, ao longo de suas trajetórias intelectuais, a discutir, dentre outros temas, sobre a questão do poder. Assim, inicialmente, resgata-se a analítica do poder sob a ótica de Michel Foucault que o trata como uma maquinaria a serviço de instituições sociais que fabrica, através de técnicas disciplinares específicas, corpos dóceis politicamente e úteis socialmente. No decorrer da argumentação, são abordadas tecnologias disciplinares, tais como poder disciplinar, bio-poder e governamentalidade, categorias analíticas escolhidas para entender como o poder age sobre corpos individuais e populacionais. Ao analisar a questão do poder dentro do campo da ciência, na segunda parte do texto, resgatam-se conceitos como campo científico, *habitus* e capitais científicos formulados por Pierre Bourdieu, na tentativa de entender as relações de poder e de dominação que ocorrem nas cenas e nos discursos científicos. Verifica-se que, além de concordarem que o poder é fruto das relações sociais, tanto Michel Foucault quanto Pierre Bourdieu acreditam que há uma forte articulação entre saber e poder e que há uma construção histórica do sujeito, pois este é resultado de lutas permanentes no seio dos campos sociais.

Palavras-chave: Cartografia do poder. Michel Foucault. Pierre Bourdieu.

BUILDING A POWER OF CARTOGRAPHY UNDER THE OPTICS OF MICHEL FOUCAULT AND PIERRE BOURDIEU

ABSTRACT

This text explores the theoretical concepts of two great thinkers of the French philosophy that dedicated themselves over their intellectual trajectories to discuss, among other topics, about power. Thus, at first approach, here is presented the analytical power from the perspective of Michel Foucault that comes as a machinery of the social institutions that manufactures through specific disciplinary techniques, politically docile and useful social service bodies. Throughout the text, disciplinary technologies, such as

¹ Doutorando em Difusão do Conhecimento (UFBA). Mestrado em Ciência da Informação (UFBA). Especialização em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão (UNEB). Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação (UFBA). Servidor público do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. E-mail: anderson.cafe@bol.com.br

² Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (UFBA). Doutorado em Química pela UFRJ. Mestrado em Química de Produtos Naturais pela UFRJ. Graduação em Engenharia Química pela UFBA. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: nubiamoraribeiro@gmail.com

³ Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento. Pós-Doutorado em Redes Complexas (SENAI/CIMATEC). Doutorado em Educação (UFBA). Mestrado e Bacharelado em Física (PUC-RJ). Docente Aposentado da Universidade Federal da Bahia. E-mail: poczek@gmail.com

disciplinary power, bio-power and governmentality, are discussed as analytical categories chosen to understand how power works on individual bodies and populations are addressed. Analyzing the power within the field of science, in the second part of the article, there are focused concepts like the scientific field, habitus and scientific capital, formulated by Pierre Bourdieu in an attempt to understand the relationships of power and domination that occur in scenes and scientific discourses. Besides agreeing that power is the result of social relations, both, Michel Foucault and Pierre Bourdieu, believe that there is a strong connection between knowledge and power, and that there is a historical construction of the subject, as he is the result of permanent struggles among social fields.

Keywords: Cartography of power. Michel Foucault. Pierre Bourdieu.

1 INTRODUÇÃO

A construção de uma cartografia capaz de subsidiar as discussões sobre as relações de poder e de dominação existentes no interior dos diferentes campos sociais demandou o resgate das concepções teóricas de dois pensadores da filosofia francesa que abordam a questão do saber e do poder.

Nesse sentido, tanto Michel Foucault quanto Pierre Bourdieu são pensadores contemporâneos que se destacaram, no meio parisiense dos anos 1950 e 1960, por terem ocupado posições intelectuais importantes no interior de uma sociedade que demandava transformações políticas, sociais e econômicas, cujo epicentro foram as lutas estudantis e de base social que questionavam a ideia de um poder centrado exclusivamente no Estado e que ficou conhecida, historicamente, como movimento de maio de 1968.

De acordo com Michel Foucault, a partir do movimento de maio de 1968 se tornou visível que a ideia do exercício do poder não estava centrado, exclusivamente, na figura do Estado, ou seja, na macroestrutura, mas, pelo contrário, o poder estava presente em diversos espaços sociais, sob diferentes formas, efetivando-se, também, nas microestruturas. Dessa forma, o movimento de maio de 1968 incitou Foucault e Bourdieu a assumirem papéis de referências nas análises críticas em relação às concepções tradicionais a respeito do poder. Para ambos, o poder não é necessariamente um objeto que pode ser possuído por alguém, como pensavam os marxistas, mas sim um exercício constante de sujeição que se realiza de várias maneiras não podendo ser entendido como atributo exclusivo do Estado.

Para Michel Foucault, o poder é entendido enquanto algo que está presente em todos os espaços sociais, disseminando-se pelas gigantescas malhas das redes que envolvem a sociedade como um todo. Para ele, como o poder está em todas as relações sociais, o disciplinamento dos sujeitos só se torna possível por meio de instituições disciplinares como escolas, presídios, manicômios, famílias, dentre outras, que têm a função de resgatar os indivíduos dos múltiplos espaços sociais, submetendo-os ao poder disciplinar e inculcando-lhes um conjunto de normas e procedimentos para tornar seus corpos dóceis politicamente e úteis produtivamente.

Por sua vez, Pierre Bourdieu também acredita que o poder não se constitui enquanto objeto estático, mas o concebe enquanto fruto de relações de conflitos e de dominações que estão presentes nos discursos e nas práticas dos agentes sociais que atuam nos variados campos simbólicos como o da literatura, educação, filosofia, política, moda, arte, fotografia, música e o da ciência. De acordo com Bourdieu (1983;

2001; 2004), para jogar o jogo do poder dentro desses campos, os agentes precisam reproduzir suas regras de funcionamento e esta reprodução ocorre por meio do *habitus*. Assim, quanto mais elevado for o grau de percepção do agente em relação às regras de funcionamento de um campo social, maior será a sua probabilidade de acumular capital e adquirir crescente autoridade entre os demais agentes.

Como se pode perceber, a convergência epistemológica desses dois teóricos franceses, quando se trata da questão do poder, é que, para ambos, o poder não é entendido enquanto objeto ou coisa pertencente a algo ou alguém, mas, pelo contrário, o poder é fruto das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos no interior da sociedade, como lembra Foucault, ou no seio dos campos sociais, como argumenta Bourdieu.

Além de concordarem que o poder é fruto das relações sociais, tanto Michel Foucault quanto Pierre Bourdieu acreditam que há uma forte articulação entre saber e poder. Para eles, não há neutralidade nos discursos; os discursos não pairam do céu, assim como a verdade não está nas alturas, mas, pelo contrário, são construções históricas. O sujeito do conhecimento detentor de verdades universais e neutras, na concepção de ambos, não existe. O que há, para eles, é a construção histórica do sujeito, uma vez que este último é resultado de lutas permanentes que se estabelecem no seio dos campos sociais pela definição do que é verdade.

Dessa maneira, após esta breve introdução sobre os marcos de convergências epistemológicas entre Michel Foucault e Pierre Bourdieu, no que diz respeito à questão do poder, faz-se necessário dar seguimento a esta discussão, apresentando, detalhadamente, nas páginas seguintes, as especificidades teóricas de cada um deles.

2 A ANALÍTICA DO PODER EM MICHEL FOUCAULT

Discutir a questão do poder na sociedade contemporânea remete a necessidade de recuperar, no primeiro momento, as ideias elaboradas por Michel Foucault que estudou a questão do saber, do poder e da ética, colaborando para entender os papéis desempenhados por diferentes instituições sociais como escolas, hospitais, presídios, manicômios, dentre outras, no processo de disciplinarização dos corpos daqueles que eram colocados nesses lugares por meio da imposição de padrões de conduta.

A fim de compreender o pensador Paul-Michel Foucault, sabe-se que ele nasceu em 15 de outubro de 1926, em *Poitiers*, na França, ao final da primeira guerra mundial. Oriundo de uma família de tradição francesa, cujo pai exercia a profissão de cirurgião e a mãe era filha de um médico e professor aposentado da Escola de Medicina de *Poitiers*, Foucault não seguiu a formação de seu genitor, e chegou a denunciar “[...] os
ISSN 1984-3879, SABERES, Natal RN, v. 1, n. 14, Set. 2016, 237-262.

mecanismos coercitivos das práticas médicas” (Díaz, 2012, p.3). Dedicando-se ao estudo da Filosofia, Michel Foucault destacou-se como um dos principais intelectuais de sua geração não só pela sua produtividade, mas, também, pelo seu alto poder de criatividade. Após o falecimento de Sartre, em 1980, Michel Foucault se tornou, provavelmente, um dos mais importantes intelectuais franceses de sua época (Veiga-Neto, 2007). A capacidade criativa de Foucault corrobora para que muito de seus comentadores não o considere, necessariamente, um filósofo, no real sentido da palavra, visto que o seu pensamento pode ser considerado transversal, isto é, um conhecimento que perpassa variados campos epistemológicos como da História, Sociologia, Direito, Psicologia e o da própria Filosofia (Castelo-Branco, 2000; Gallo, 2006; Machado, 2006; Veiga-Neto, 2007; Kohan, 2008; Sousa Filho, 2008; Díaz, 2012; Bert, 2013).

Para além desse pensamento transversal, as pesquisas desenvolvidas por Foucault, em alguns momentos, alteram sua orientação no decorrer de seu percurso investigativo, levando “[...] a maior parte dos especialistas a falar em três fases ou etapas, conhecidas pelas denominações de arqueologia, genealogia e ética” (Veiga-Neto, 2007, p.35).

Na fase arqueológica, Foucault está mais preocupado em tematizar a relação do sujeito com os processos de construção de saberes e para isso ele desenvolve um verdadeiro método de escavação na história no qual ele busca “[...] escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do passado, trazendo à luz fragmentos de ideias e de conceitos” (Veiga-Neto, 2007, p.45).

Nesse sentido, a escavação arqueológica proposta por Foucault tinha o intuito de descobrir que elementos estão presentes em um determinado momento histórico que permite ao homem pensar de certa forma e não de outra, visto que, para Foucault, não há verdade universal. A verdade, para ele, não passa de uma invenção histórica que depende do conjunto de forças que a envolve. Para o filósofo, isso é assim porque os discursos definem regimes de verdades num tempo e espaço determinados, separando o que é verdade do seu contrário, visto que a verdade “[...] é inseparável do processo que a estabelece” (Deleuze, 1991, p.72). A produção intelectual de Foucault, nessa fase, foi marcada pela publicação de significativas obras como *História da Loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as Coisas* e *Arqueologia do Saber*.

A fase genealógica é assinalada pelas investigações de Foucault a respeito da questão do poder baseadas no método inventado por Nietzsche que, desde então, já o entendia dentro de uma “[...] trama histórica, em vez de procurá-lo em um sujeito

ISSN 1984-3879, SABERES, Natal RN, v. 1, n. 14, Set. 2016, 237-262.

constituente” (Foucault, 1984, p.7). É nessa fase de seu pensamento que Foucault empreende esforços intelectuais para discutir sobre as questões relacionadas ao exercício do poder dentro das instituições sociais. É também nesse período que Foucault está preocupado em analisar, dentre outros aspectos, como ocorrem às articulações entre poder e saber, vendo “[...] o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes” (Veiga-Neto, 2007, p.56).

Para tentar dar conta das discussões sobre a questão do poder na modernidade, Michel Foucault publica, por volta dos anos de 1970, algumas de suas principais obras como *A ordem do Discurso*, *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, mostrando como foram criadas, a partir do século XVII, técnicas de exercício do poder que, aplicadas sobre os corpos individuais, produziram resultados duradouros no âmbito da macropolítica (Castelo-Branco, 2000; Gallo, 2006; Machado, 2006; Veiga-Neto, 2007; Kohan, 2008; Sousa Filho, 2008; Díaz, 2012; Bert, 2013).

Na fase em que se dedicou a pensar sobre a questão da ética, Foucault se voltou para o estudo de um dos principais operadores teóricos dessa fase de seu pensamento que é o conceito de cuidado de si, entendido como “conjunto das experiências e das técnicas que elaboram o sujeito e o ajudam a se transformar a si mesmo” (Bert, 2013, p.169). Ao estudar a história da sexualidade, sobretudo quando investigava as práticas sexuais entre gregos e romanos na antiguidade, Foucault descobre o referido conceito que trata de algo muito mais amplo do que o cuidado com o corpo. O conceito significa, portanto, o conhecer-se a si mesmo, permitindo ao sujeito construir a sua própria personalidade (Castelo-Branco, 2000; Gallo, 2006; Machado, 2006; Veiga-Neto, 2007; Kohan, 2008; Sousa Filho, 2008; Díaz, 2012; Bert, 2013).

As duas principais obras que marcaram o pensamento de Foucault na fase em que o pensador refletiu sobre a ética foram a *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres* e *História da Sexualidade III: o cuidado de si*, obras publicadas poucos meses antes da morte de Michel Foucault que ocorreu em 1984 (Castelo-Branco, 2000; Gallo, 2006; Machado, 2006; Veiga-Neto, 2007; Kohan, 2008; Sousa Filho, 2008; Díaz, 2012; Bert, 2013).

Assim, após conhecer as fases, como prefere Machado (2006), ou eixos do pensamento de Foucault, como sugere Veiga-Neto (2007), a discussão segue dando enfoque para a fase genealógica do pensador no sentido de buscar entender como ele concebeu o poder, ou seja, o que é o poder para Michel Foucault?

O conceito de poder, na perspectiva Foucaultiana, não está relacionado ao conceito tradicional que fora amplamente trabalhado desde os liberais até os marxistas.

Para essas correntes de pensamento, o poder era visto enquanto contrato ou mesmo como instrumento a serviço do aparelho de repressão dos Estados. Já para Foucault (1984; 1987; 1988), o conceito de poder assume um conjunto de características que o difere, fortemente, das concepções tradicionais sobre o seu significado.

Nesse sentido, uma das primeiras características do poder para Michel Foucault é que ele não pode ser entendido enquanto coisa ou objeto que pertence a alguém ou a algo ou que possui realidade fixa. O poder, para o teórico, não possui sede física, titularidade única, não podendo, por isso, se constituir enquanto objeto de disputa entre distintas classes sociais. Pelo contrário, para Foucault, o poder é um exercício, um dispositivo em constante funcionamento na sociedade, sendo disseminado por meio de redes que envolvem todos enquanto uma rede de práticas e saberes constitutivos do que se conhece como realidade do indivíduo (Foucault, 1984; 1987; 1988).

Por conseguinte, o poder, na visão Foucaultiana, é visto como um conjunto de dispositivos de sujeição e, ao mesmo tempo, de produção dos indivíduos. Isso quer dizer que o poder fabrica indivíduos submetidos a múltiplas sujeições dentro de espaços sociais como o da família, da escola, da igreja, da ciência, dos manicômios, dos presídios, dentre outros. O que Foucault está querendo dizer, na verdade, é que os indivíduos são fabricados dentro desses espaços sociais que o teórico chama de sócio técnicas que tem a função de lhes passar um conjunto de verdades, valores e crenças construídas historicamente (Foucault, 1984; 1987; 1988).

Como foi discutido anteriormente, para Foucault, há uma relação intrínseca entre poder e saber, visto que, para o teórico, o poder se faz existir enquanto saber submetido a disciplinas de pensamentos, comportamentos, sexualidade e desejos. O poder, na ótica Foucaultiana, também não pode ser pensado como aquele que diz não, que impede ou dificulta, mas sim aquele que produz e impele o indivíduo a agir, a pensar e a ter ações, mas sempre dentro da lógica de sujeição (Foucault, 1984; 1987; 1988).

Uma das grandes reflexões de Foucault quando discute a questão do poder está em sua percepção sobre como os indivíduos estão submetidos ao poder sem ter, necessariamente, a consciência disso, ou seja, na perspectiva Foucaultiana, os indivíduos agem na ilusão de que são livres, de que possuem as suas próprias ideias e opiniões quando, na verdade, estão submetidos ao poder produzido historicamente dentro de espaços sociais que os fabrica enquanto sujeitos. Assim, agem em conformidade com aquilo que o poder produz dentro deles, seja em seus pensamentos ou atos. Em sua reflexão, Foucault aponta que o poder é capaz de fazer com que os sujeitos sejam cúmplices de sua própria dominação (Foucault, 1984; 1987; 1988).

Dessa maneira, se o sujeito não é universal, ou seja, se ele não é dado de antemão, mas sim fabricado, construído e produzido, existem técnicas, tecnologias ou ferramentas, dentro dos espaços sociais, que permitem essa construção, e os principais dispositivos dessa fabricação são o poder disciplinar, o bio-poder e a governamentalidade

2.1 O PODER DISCIPLINAR

Como apresentado anteriormente, o poder, na perspectiva Foucaultiana, não é aquele que pertence ao rei, ao Estado, ao pastor, enfim, a uma pessoa ou entidade localizada fisicamente em um lugar, mas pelo contrário, o poder está disperso, difuso e se espalha pelas malhas das redes que perpassa o corpo social (Foucault, 1984; 1987; 1988).

Dessa forma, como o poder está difundido por toda a sociedade, Foucault (1987) argumenta que foi necessária a criação de instituições disciplinares, às quais o teórico chama de instituições de sequestros que seriam responsáveis, então, por resgatar os indivíduos de seus múltiplos espaços sociais, submetendo-os a um conjunto de saberes, normas e regras que objetiva padronizá-los, homogeneizá-los, reduzi-los, submetendo-os a um padrão e a um modelo que os esvaziam enquanto corpo individual dotado de múltiplas subjetividades.

Nesse sentido, foi a partir da publicação de *Vigiar e Punir*, bem como de alguns de seus cursos ministrados no *College de France*, nos anos de 1970, que Foucault “[...] mostrou como surgiram, a partir do século XVII, novas técnicas de poder que, centradas no corpo dos indivíduos, implicaram resultados profundos e duradouros” (Veiga-Neto, 2007, p.65). Essas técnicas, portanto, permitem o controle do corpo de cada um, ordenando-as dentro de uma existência espacial e temporal com o intuito de disciplinar, distribuir, dividir e alinhar os corpos no interior de uma lógica de permanente vigilância. A essas técnicas de adestramento do corpo o teórico chama de poder disciplinar.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las como um todo. [...] ‘Adestra’ as multidões confusas [...] (Foucault, 1987, p.143).

Como se pode perceber no conceito acima, o poder disciplinar não é necessariamente aquele que pressiona, acurrala ou confina indivíduos não permitindo que estes ajam, mas, pelo contrário, o poder disciplinar produz, fabrica, cria corpos

dóceis politicamente e úteis economicamente. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1987, p.118).

O poder disciplinar se estabelece na segunda metade do século XVIII, controlando a sociedade burguesa nascente, já que este poder também esteve relacionado à exploração econômica do corpo, buscando o máximo de aproveitamento da força de trabalho dos indivíduos. Para garantir a maior produtividade do corpo foram criadas técnicas ou tecnologias disciplinares que passaram a controlar o comportamento dos indivíduos.

As disciplinas são técnicas ou tecnologias que permitem executar o poder, constituindo-se enquanto poder individualizante por conta de ser exercido sobre o corpo individual de um sujeito. Disciplinar um sujeito significa, dentre outras questões, construí-lo pela ação do poder sobre o seu próprio corpo. Assim, a disciplina tem algo de interessante, pois vem de fora para dentro e se instala na mente e no corpo de cada indivíduo submetendo-o a ela. Torna-se um controle que o indivíduo exerce sobre si mesmo (Foucault, 1987).

No decorrer de suas argumentações, Foucault (1987) destaca algumas técnicas disciplinares utilizadas em escolas, fábricas, quartéis, hospitais, manicômios, presídios, dentre outros, que permitem vigiar e controlar os corpos localizados dentro desses espaços sociais, por meio de suas distribuições ou mesmo através do controle do tempo de execução das atividades. Dessa maneira, Foucault (1987) destaca como principais técnicas disciplinares: a clausura, o quadriculamento, o controle do horário, o exercício, a sanção normatizadora e o exame.

A clausura consiste em uma técnica de organização dos espaços físicos que possibilita, dentre outros fatores, a localização e o controle dos corpos que habitam determinada instituição (Foucault, 1987). Na escola, pode-se observar a existência de salas para cada característica de atividade, bem como formulários para cada tipo de controle: acesso de alunos e professores, notas de aluno por unidade escolar etc.

O quadriculamento é outra técnica disciplinar que permite controlar a dinâmica e a rotina dos corpos localizados dentro das instituições sociais. Através de seu ferramental, ela organiza minuciosamente os espaços de acordo com a quantidade de corpos neles existentes, objetivando facilitar a vigilância constante sobre os indivíduos.

A

regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer

não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil (Foucault, 1987, p.123).

Como se percebe, o quadriculamento é uma técnica que cria espaços organizados e privilegiados para o aprimoramento de estratégias de vigilância e controle. Para Foucault (1987), o efetivo exercício do poder disciplinar não ocorre somente com a organização de espaços físicos, como foi possível discutir nas técnicas apresentadas até então, mas também pelo controle do tempo. Para o teórico, o controle das atividades implica, inclusive, em saber como utilizar corretamente o tempo, estabelecendo-se horários rígidos de trabalho, sempre constantes e repetitivos. Trata-se, portanto, da necessidade de se criar um tempo integralmente útil e produtivo, sem desperdícios, uma vez que o bom emprego do corpo implica também “[...] um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido” (Foucault, 1987, p.130).

Uma outra técnica disciplinar discutida por Foucault que se propõe a gerir o tempo e garantir maior produtividade dos corpos é o que ele chama de exercício, que é uma “[...] técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas” (Foucault, 1987, p.136). Dessa forma, o exercício permite relacionar o comportamento de um corpo em comparação aos demais, realizando-se por meio da “[...] continuidade, da coerção, de um crescimento, observação e qualificação” (Foucault, 1987, p.136). A técnica permite visualizar um corpo em articulação com outro. Cada corpo, nessa perspectiva, ocupa um lugar específico na engrenagem da produção e a articulação entre eles garante um maior aproveitamento das forças.

Outro dispositivo trabalhado por Foucault em sua discussão sobre as técnicas disciplinares é o que o teórico chama de sanção normatizadora, entendida como medidas de correção para os comportamentos desviantes, ou uma “[...] forma específica de punir” (Foucault, 1987, p.149). Por fim, mas não menos importante, a técnica disciplinar intitulada exame se constitui enquanto forma prática de articular vigilância hierárquica e sanção normatizadora na avaliação do desempenho dos corpos. “É uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (Foucault, 1987, p.154).

Como foi possível perceber, diversas foram as técnicas de poder que surgiram a partir do século XVII e que estiveram centradas no controle e disciplinamento dos corpos dos indivíduos, implicando em grandes resultados, inclusive no âmbito macropolítico. Ao abordar sobre como os corpos são tomados em suas dimensões

espaciais e temporais, de modo a serem ordenados em termos de divisões, distribuições, alinhamentos, séries, movimentos e sequenciação, Foucault trata de práticas disciplinares e de vigilância, cuja fundamentação está alicerçada na teoria da dominação da idade moderna conhecida como panoptismo, que foi idealizada pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, no século XIX (Castelo-Branco, 2000; Gallo, 2006; Machado, 2006; Veiga-Neto, 2007; Kohan, 2008; Sousa Filho, 2008; Díaz, 2012; Bert, 2013).

Dedicando um capítulo específico para tratar da questão do panoptismo em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) recorre a essa teoria para tentar explicar como seria possível, de uma maneira ideal, o controle de um poder central sobre a população a ela subordinada.

O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (Foucault, 1987, p.169).

A ideia da teoria era de que poderia existir um lugar onde você poderia ver sem ser visto, mas todas as pessoas que estivessem em torno dessa estrutura de poder poderiam ser vistas sem verem. O panóptico, portanto, era um projeto arquitetônico em forma de uma torre de vigilância, onde os cárceres não sabiam, necessariamente, se eles estavam ou não sendo vigiados a cada momento. Era uma vigilância invisível. O panóptico inaugura uma forma de exercício automático do poder (Foucault, 1987).

Por conseguinte, a teoria do panoptismo serviu de inspiração para a construção de escolas, presídios, manicômios, hospitais, dentre outras instituições sociais. Uma de suas características é a inversão da lógica do espetáculo na medida em que não é mais uma multidão de corpos que assistem a uma minoria como ocorre na sala de aula, onde vários alunos assistem aula de um único professor, mas, pela teoria, uma minoria passa a assistir os movimentos de uma maioria como ocorrem nas salas de controle de presídios, fábricas, manicômios e demais instituições disciplinares.

Dessa forma, essas inversões de olhares funcionaram como condições que possibilitaram o aparecimento de novidades técnicas ou tecnológicas não só no plano dos corpos individuais, ou seja, com o surgimento do poder disciplinar, mas também no plano dos corpos coletivos com o aparecimento do chamado bio-poder.

2.2 O BIO-PODER

Como foi possível perceber, até então, a narrativa discursiva sobre a analítica do poder na perspectiva Foucaultiana foi tratada, inicialmente, sob a ótica da disciplina enquanto dispositivo que atuava sobre os corpos dos indivíduos, buscando discipliná-los e padronizá-los para transformá-los em corpos dóceis. O centro dessas preocupações está representado nas análises sobre o poder disciplinar tratada na obra *Vigiar e Punir*.

Entretanto, a narrativa discursiva sobre o poder também foi estudada por Foucault (1988), a partir de 1976, sob uma outra ótica perceptiva que não o via atuando unicamente sobre corpos individuais, mas, inclusive, sobre grandes contingentes populacionais que o teórico tratou de denominar como bio-poder, objeto discutido na obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber*.

Dessa maneira, o bio-poder, sem necessariamente desprender das tecnologias disciplinares exercidas sobre os corpos individuais, vai atuar sobre os corpos das grandes massas populacionais, ou seja, é a passagem de um poder do tipo ortopédico, isto é, aquele que atua diretamente sobre o corpo individual para um poder do tipo molar e global que atinge toda a população.

Ter-se-ia, por um lado, uma espécie de corpo global, molar, o corpo da população, junto com toda uma série de discursos que lhe concernem e, então, por outro lado e abaixo, os pequenos corpos, dóceis, corpos individuais, os micro corpos da disciplina. Mesmo que se esteja no início de pesquisas neste ponto, poder-se-ia dizer como se vê a natureza das relações (caso existentes) as quais são engendradas entre estes diferentes corpos: o corpo molar da população e os micro-corpos dos indivíduos (Foucault, 1980, p.124).

Assim, se por um lado, ocorreu todo um desenvolvimento das técnicas disciplinares de controle das atividades exercidas pelos indivíduos dentro das instituições sociais na idade clássica, por outro lado, experimentou-se um avanço das técnicas de controle populacional visando a sujeição dos corpos por meio de estratégias de regulação da vida, cuja execução deslocou-se para o Estado (Foucault, 1988).

Nesse sentido, o bio-poder e o poder disciplinar foram duas formas de exercício do poder que até o século XVIII caminharam em diferentes direções, sendo que a partir do século XIX ambas passaram a se articular e caminhar juntas, tornando-se uma das principais formas de disciplinamento das condutas individuais e do gerenciamento das políticas de planificação das populações (Foucault, 1988).

Portanto, o bio-poder pode ser entendido como uma tecnologia que opera sobre o corpo populacional por meio de dois principais instrumentos: um que se exerce sobre

os corpos individuais, isto é, a anátomo-político do corpo humano e o outro que atua sobre o corpo enquanto espécie: corpo biológico, biopolítica da população. Dessa forma, o próprio desenvolvimento do bio-poder é fruto não só do exercício do poder disciplinar sobre os corpos como também do surgimento de um conjunto de questões políticas e econômicas voltadas para as massas populacionais que passaram a ser organizadas por formas de saber como a demografia, a saúde, a pedagogia e os diversos campos do saber humano (Foucault, 1988).

As estratégias de operacionalização do bio-poder sobre a vida populacional foram fortalecidas pelo desenvolvimento do sistema capitalista e pela consolidação do poder do Estado, proporcionando a este último um forte exercício do poder de controle sobre a vida. Nesse sentido, se, de um lado, o poder político estatal corroborou para o desenvolvimento das forças de produção capitalista, por outro lado, a anátomo-político e o bio-poder contribuíram, desde a segunda metade do século XVIII, para a disseminação e fabricação de formas de vidas baseadas nesses modelos econômicos e políticos, criando, talvez, na história, um elo entre o biológico e o político (Foucault, 1988).

Essa articulação se baseou no desenvolvimento de conhecimentos que permitiram, sobretudo a partir do século XVIII, controlar as catástrofes demográficas que a fome e as epidemias causavam às populações. A implementação de conhecimentos sobre as técnicas agrícolas, bem como o controle do Estado sobre as doenças que devastavam as populações, constituíram-se em formas de saberes e poderes utilizados, historicamente, para o exercício do controle da vida populacional. Com a instauração do bio-poder, “[...] o homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, [...]” (Foucault, 1988, p.155).

Dessa forma, como já exposto, a vida tornou-se objeto de controle do saber que se constituiu sobre ela e a tomou enquanto elemento de intervenções do poder, transformando-se em um domínio de cálculos fortemente fundados neste saber-poder que objetiva, por meio da criação de tecnologias políticas, transfigurar a vida dos corpos, das formas de administrar a saúde, de gerir a ciência, de modos de moradia e de habitação, ou seja, a bio-política tenta dar conta de todas as dimensões da existência humana (Foucault, 1988).

Por fim, enquanto o poder disciplinar se efetiva por meio de técnicas disciplinares que atuam diretamente sobre os corpos individuais, como discutidos anteriormente, o bio-poder se concretiza pelo conjunto de normas, regulamentos, leis, ISSN 1984-3879, SABERES, Natal RN, v. 1, n. 14, Set. 2016, 237-262.

decretos, instruções normativas, dentre outros instrumentos legais, aplicados sobre todo um corpo populacional.

2.3 A GOVERNAMENTALIDADE

A governamentalidade é a terceira tecnologia do poder tratada por Michel Foucault ao longo dos seus estudos sobre a genealogia das relações de poder, cuja discussão foi iniciada a partir do ano de 1977 quando ele expõe, no curso do *College de France*, em fevereiro de 1978, o seu interesse em investigar a temática do governo.

[...] o curso tratou da gênese de um saber político que colocou, no centro de suas preocupações, a noção de população e os mecanismos suscetíveis de assegurar a sua regulação. Passagem de um 'Estado territorial' a um Estado de população'. Sem dúvida não se trata de uma substituição, mas de uma mudança de acentuação, e da aparição de novo problema e de novas técnicas. Para seguir esta gênese, foi assumido como fio condutor a noção de governo (Foucault, s/d, p.445).

Como se pode perceber, a governamentalidade é entendida como uma forma de estudo que representa a passagem das pesquisas sobre a questão do poder disposta, sobretudo, em *Vigiar e Punir* e a emergência das interrogações de Foucault (1980) a respeito de saber como os homens se governam eles mesmos e os outros.

Assim, dentro da narrativa da governamentalidade, há uma forma pela qual a população é estudada, analisada e esquadrihada por uma série de políticas alicerçadas em saberes científicos que buscam estabelecer um controle e uma gestão mais efetiva sobre os membros de uma população no intuito de substituir outras formas de políticas que se caracterizavam por uma atuação mais dispersa e descontínua (Foucault, 1984).

Mas é o próprio Foucault (1982) que alerta a respeito do fato de que a palavra governo não deve ser entendida como uma burocracia ou como grupos de indivíduos que permanecem à frente da gestão da coisa pública ou mesmo como uma atividade exercida por pessoas que gerenciam a máquina administrativa, mas a palavra deve ser utilizada no seguinte sentido:

Esta palavra (Governo) deve ser compreendida no sentido mais amplo que tinha no século XVI, 'Governo' não se referia apenas a estruturas políticas ou a administração dos Estados; antes, designava o modo pelo qual a condução de indivíduos ou grupos deveria ser orientada: o governo das crianças, das almas, dos bens, das famílias, dos doentes. Ele cobria não apenas as formas legitimamente constituídas de sujeição política ou econômica, mas também maneiras de agir destinadas a atuar sobre as possibilidades de ação das outras pessoas. Governar, neste sentido, seria estruturar o possível campo de ações dos outros (Foucault, 1982, p.221).

Como é possível perceber, há certa sutileza no conceito de governo apresentado na ótica Foucaultiana, pois governo, para o teórico, não se limita, exclusivamente, ao conjunto de poderes políticos e administrativos obtidos por uma pessoa ou grupo político para submeter uma população, mas representa, portanto, formas de estruturar possíveis campos de atuação dos outros.

Após a discussão sobre as tecnologias que possibilitam o exercício do poder nos corpos individuais e populacionais, sob a ótica de Michel Foucault, a próxima seção trata sobre o poder simbólico operado no seio do campo científico, sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, uma vez que, para ambos os teóricos, o poder é visualizado não, necessariamente, como uma força negativa que retira energia dos corpos sobre os quais ele atua, mas, pelo contrário, o poder é trabalhado, em ambos, também como força positiva que produz discursos e saberes capazes de fabricarem corpos dóceis, para lembrar a terminologia de Michel Foucault, ou agentes cúmplices, para resgatar a nomenclatura de Pierre Bourdieu.

3 AS REGRAS DO JOGO DO PODER EM PIERRE BOURDIEU

Outro importante intelectual que se dedicou às análises sobre a questão do poder foi o filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu que é considerado, na literatura, como um dos maiores intelectuais de sua geração, tendo se formado no meio parisiense dos anos 1950 e 1960, pertencente, portanto, à geração de *Lévi-Strauss*, *Althusser* e Michel Foucault (Miceli, 1999; Catani, 2002; Vasconcellos, 2002; Valle, 2007).

Advindo de uma família de origem modesta que habitava uma pequena cidade francesa conhecida como *Denguin*, na região do *Béarn*, Pierre Félix Bourdieu enfrentou, desde cedo, as dificuldades impostas aos jovens provenientes das classes sociais de menor poder aquisitivo para dar continuidade à sua formação intelectual. Contando com um eficiente sistema de ensino público francês, Pierre Bourdieu foi beneficiário de uma bolsa de estudo que lhe permitiu completar seu processo formativo. Ingressou, primeiramente, no *Liceu de Pau*. Em seguida, frequentou o prestigioso *Liceu Louis Le*

Grand, em Paris e, por último, concluiu a graduação em Filosofia pela consagrada Escola Nacional Superior, responsável pela formação da elite intelectual francesa e de onde saíram pensadores como *Jean Paul Sartre*, *Simone Beauvoir*, *Raymond Aron*, *Albert Camus*, dentre outros intelectuais do pós-guerra (Micelli, 1999; Catani, 2002; Vasconcellos, 2002; Valle, 2007).

Apesar de ter obtido o diploma em uma instituição de grande reputação na França e ter conseguido galgar os maiores postos da hierarquia escolar e científica daquele país, Pierre Bourdieu “[...] não se deixa encantar como tantos outros da sua geração ou da anterior”. Tendo que cumprir serviço militar na Argélia, Bourdieu exerceu o professorado nesse país e interessou-se pelas transformações que a agricultura e o campesinato argelinos passavam em face da transição do sistema tradicional para o capitalismo moderno (Vasconcellos, 2002, p.78).

Nesse sentido, o estudo sobre a emergência do capitalismo e suas transformações na organização social e política da Argélia foi propício para Pierre Bourdieu escrever uma grande quantidade de obras como *Sociologia da Argélia*, publicado em 1958, *Argélia ano 60*, produzido em 1977, *Le Déracinement*, editado em 1964 e *Trabalho e trabalhadores na Argélia*, publicado em 1963, e nesta última obra Bourdieu desenvolve um dos principais operadores teórico de seu pensamento que foi o conceito de *habitus* (Micelli, 1999; Catani, 2002; Vasconcellos, 2002; Valle, 2007).

A profusão da produção intelectual de Pierre Bourdieu se estendeu fortemente pela década de 1970 quando o teórico esteve preocupado em analisar questões como as relações entre ensino, cultura e processos de diferenciação social com o propósito de elaborar uma teoria geral das classes sociais. Dessa forma, ele iniciou a década de 1970 com a publicação de *La Reproduction*, desenvolvendo outro importante operador teórico que é a violência simbólica. Além dessa obra, Bourdieu produziu outra intitulada *La distinction* em que se desafiou a criar uma teoria sociológica das categorias que lhe permitisse analisar o mundo social (Micelli, 1999; Catani, 2002; Vasconcellos, 2002; Valle, 2007).

Outras importantes produções da década de 1970 foram *Esquisse d`une théorie pratique* e *Le sens pratique*, obras que representaram a preocupação de Bourdieu em situar a sociologia entre a corrente objetivista e às correntes subjetivistas. Além de livros, Pierre Bourdieu fundou um título de periódico científico conhecido como *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Ainda na década de 1970, em meio a sua profícua produção intelectual, Bourdieu criou um novo conceito: campo social, e, em 1975, discutiu, com maior profundidade, o conceito de campo científico e capital científico

(Micelli, 1999; Catani, 2002; Vasconcellos, 2002; Valle, 2007).

Na década de 1980, o conjunto das obras de Pierre Bourdieu revelou a preocupação do pensador com a utilização social da sociologia, preocupação representada por um conjunto de obras escritas com uma linguagem mais acessível, de modo a promover a sua maior aproximação com os leitores neófitos. Foi nesse período que Bourdieu escreveu livros como *Question de sociologie*, *Choses Dites*, *Réponses e Raisons pratiques*. É também nessa fase que ele se dedicou a escrita de livros que analisam, especificamente, determinados campos sociais como o universitário, e o da literatura em *Homo academicus*, onde faz uma análise da organização do espaço universitário francês e mostra como os professores se relacionam entre si, e *La noblesse d'Etat*, publicado em 1989, quando estudou os procedimentos adotados pelas prestigiosas escolas francesas para selecionar funcionários de alto nível da esfera do poder. No campo da literatura, Bourdieu publica *Les règles de l'art*, que discute sobre a importância social dos intelectuais franceses no campo das artes (Micelli, 1999; Catani, 2002; Vasconcellos, 2002; Valle, 2007).

Por fim, na década de 1990, a trajetória intelectual de Bourdieu foi marcada pelo maior engajamento político do pensador em razão do crescimento das crises econômicas e sociais que atingia a França. Em razão desse processo, Bourdieu reuniu um número significativo de sociólogos do centro de estudos que ele tinha criado e, por meio de numerosas entrevistas com diferentes atores da sociedade francesa, elaborou uma obra de mais de mil páginas intitulada *La misère du monde* dedicada a tecer fortes críticas ao sistema neoliberal. Além dessa obra, Bourdieu publicou, nesse período, *Méditations pascaliennes*, *Les structures sociales de l'économie* e *Dominação masculina*, esta última obra representa uma contribuição do teórico para os trabalhos sobre gênero. Também nessa década Bourdieu criou uma coleção de livros intitulada *Les raisons d'agir* que tinha como função alimentar o debate social e político francês (Micelli, 1999; Catani, 2002; Vasconcellos, 2002; Valle, 2007).

O conhecimento da trajetória intelectual de Pierre Bourdieu possibilita, de certa forma, identificar um teórico que, ao longo de sua carreira acadêmica, esteve preocupado em desvelar as relações de dominação presentes nas cenas e nos discursos produzidos no interior dos diferentes campos sociais através de um robusto ferramental teórico que envolve conceitos como poder simbólico, campos sociais, *habitus* e capital simbólico.

A concepção epistemológica de Bourdieu se coaduna com a de Foucault, na medida em que ambos estão dispostos a desafiar as convenções e a questionar a maneira

ISSN 1984-3879, SABERES, Natal RN, v. 1, n. 14, Set. 2016, 237-262.

como tradicionalmente eram abordadas as relações de poder e de dominação na sociedade. Assim como Foucault vê uma clara relação entre saber e poder e acredita que o poder não possa ser entendido como atributo exclusivo do Estado, Bourdieu focaliza a sua análise sobre o poder, partindo da premissa de que as relações de dominação são tanto estruturais quanto simbólicas.

No aspecto estrutural, Bourdieu (2005) analisa que a distribuição desigual de capital cultural no interior dos campos sociais gera uma estrutura de bipolaridade de poder que corrobora para o surgimento de duas posições dentro do campo: os dominantes que, por conta do maior acúmulo de capital, lutam para se manter em posições de comando, e os dominados que objetivam, permanentemente, alterar a ordem estabelecida e chegar às posições estratégicas.

De toda forma, além da dominação estrutural, há também a dominação simbólica, o que implica pensar que, mentalmente, determinados indivíduos se encontram sujeitados ao poder pertencente a outros indivíduos ou instituições sociais. Nessa perspectiva, o poder é, antes de tudo, uma espécie de poder simbólico derivado das classificações que os homens fazem do mundo em que vivem e que passam, ao longo do tempo, a se constituírem em classificações naturais e espontâneas (Bourdieu, 2005).

Bourdieu (2005) lembra, ainda, que a força dos discursos vem justamente dessa ideia de que há uma espontaneidade e naturalidade no processo de construção da verdade. Para o teórico, há uma necessidade de se conscientizar os indivíduos de que não há verdade universal e natural, mas sim todo um jogo de poder no processo de construção dessa verdade que somente poderá ser vislumbrado por meio da tomada de consciência.

A destruição deste poder de imposição simbólico radicado no desconhecimento supõe a tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objectiva e o aniquilamento da crença; é na medida em que o discurso heterodoxo destrói as falsas evidências da ortodoxia, restauração fictícia da doxa, e lhe neutraliza o poder de desmobilização, que ele encerra um poder simbólico de mobilização e de subversão, poder de tornar actual o poder potencial das classes dominadas (Bourdieu, 2005, p.15).

Dessa maneira, os discursos são entendidos como propagadores de verdades através dos quais se exerce o próprio poder. Dessa forma, Bourdieu (2005) clama por uma sociologia do conhecimento que possa combater o “desconhecimento”, principal fonte de exercício do poder simbólico. Se o poder simbólico é produzido a partir das classificações e nomeações estabelecidas socialmente, Bourdieu (2005) questiona: quem

na sociedade é responsável pela produção desses discursos?

Para Bourdieu (2005), são os intelectuais e cientistas os principais agentes responsáveis pela produção de discurso e poder na sociedade por serem detentores de um elevado capital simbólico que lhes autoriza, socialmente, a enunciarem as verdades sobre o mundo e a produzirem classificações, nomeações e divisões tidas como legítimas e válidas. Esse capital simbólico é um “crédito, um poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (Bourdieu, 1990, p.166).

Por serem dotados de maior capital simbólico, os intelectuais e cientistas ocupam uma posição de dominação no que tange à imposição de certas visões de mundo dentro dos campos simbólicos. É por isso que eles podem ser considerados como os principais agentes responsáveis pelo estabelecimento da verdade, das classificações, dos enunciados e dos discursos que permitem o “reconhecimento” ou “desconhecimento” do funcionamento dos campos sociais.

As análises realizadas por Pierre Bourdieu sobre o comportamento dos diferentes campos simbólicos têm como objetivo mostrar que, longe de serem campos sociais isentos das relações de poder, são, antes, os próprios fundamentos para o exercício do poder simbólico, uma vez que suas divisões, nomeações, representações e discursos produzem determinadas visões de mundo como verdadeira em detrimento de outras, o que corrobora para a produção de relações de dominação e de sujeição de uns agentes sobre os outros.

Para além da análise de campos sociais como o da literatura, educação, filosofia, política, moda, arte, fotografia e música, para citar alguns, Pierre Bourdieu dedicou-se ao estudo do campo da sociologia da ciência, elaborando e revisitando conceitos como campo científico, *habitus* e capital científico que, ao se articularem entre si, tornam-se importantes ferramentas teóricas e metodológicas que possibilitam compreender as relações de poder que ocorrem dentro dos campos científicos.

3.1 O CAMPO CIENTÍFICO

Dentre os diversos estudos sobre os campos sociais, em 1975, Bourdieu iniciou pesquisas sobre um campo de produção restrito e particular que o autor denominou de campo científico. Um dos frutos destas pesquisas foi a publicação do artigo *La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison*, que se configura, para Bonnewitz (2003), como o marco do rompimento de Bourdieu com a

tradição da sociologia da ciência e sua visão conciliadora da comunidade científica. “Falar de campo significa romper com a ideia de que os cientistas formam um grupo unificado ou até homogêneo” (Bourdieu, 2001, p. 67). Assim, o campo científico remete à ideia de um espaço simbólico marcado por relações de força, lutas e conflitos entre os agentes. Deste modo,

O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científicos disponíveis (Bourdieu, 1983, p. 136).

O campo científico se estrutura a partir das relações objetivas entre os diferentes agentes, os quais são as próprias fontes do campo, sem haver, portanto, razão de existência do campo científico sem os agentes científicos que os compõem. Assim, o campo científico é um espaço simbólico e estruturado de produção de conhecimento, onde os agentes e as instituições, dotadas de *habitus* específicos que lhes permite obter o sentido do jogo, estão em permanente luta concorrencial pelo acúmulo de maior capital científico.

De acordo com Bourdieu (1983; 2004), toda luta concorrencial entre os agentes e as instituições ocorrem no seio do campo científico. Por meio de relações objetivas, os agentes científicos disputam “[...] pontos de vista, intervenções científicas, lugares de publicação, temas, e objetivos [...]” (Bourdieu, 2004, p. 23).

Nesse sentido, todas as escolhas científicas realizadas no interior dos campos estão sempre orientadas para aquisição de prestígio e de reconhecimento científico para o pesquisador, inclusive, no que tange à escolha dos canais de comunicação, por meio dos quais se veicula a produção científica.

Não há escolha científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação, ou ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares – concorrentes (Bourdieu, 1983, p.126).

Logo, todas as estratégias concebidas dentro do campo científico são orientadas para a aquisição de autoridade científica. No campo científico, os agentes terão mais sucesso à medida que conseguirem antecipar as tendências do campo. “Se há um lugar onde se pode supor que os agentes agem de acordo com intenções conscientes e

calculadas, segundos métodos e programas conscientemente elaborados, é certamente o domínio científico” (Bourdieu, 2001, p.58). Para o teórico, esta capacidade de planejar e calcular antecipadamente as ações está relacionada à origem social e escolar elevada do agente, a qual permite a este apoderar-se de bons temas e de bons lugares de publicação, e esses fatores de ordem social e escolar são determinantes nas diferenças entre as carreiras científicas (Bourdieu, 2004).

O conhecimento e o domínio das regras do jogo possibilitam aos agentes bem posicionados um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo. Por intermédio de sua reputação acadêmica, esses agentes conseguem adquirir fundos para financiamento de pesquisas, estudantes qualificados, convites para participar de palestras e eventos etc. Portanto, o melhor desempenho nas disputas acadêmicas está relacionado com a capacidade dos agentes de conhecerem e reconhecerem as estruturas objetivas que estão em luta dentro do campo, isto é, é preciso conhecer o jogo. Esse reconhecimento se realiza pelas disposições adquiridas, às quais o teórico chama de *habitus* (Bourdieu, 1983).

3.2 O HABITUS

O *habitus* é uma noção filosófica que representa a virtude e o caráter moral que orientam os sentimentos, desejos e condutas das pessoas (Wacquant, 2007). Nesse sentido, o *habitus* pode ser entendido como um conjunto de disposições adquiridas pelos agentes ao longo do tempo, as quais funcionam como uma matriz de percepções e apreciações que os orientam no cumprimento de suas tarefas e, portanto, correspondem ao “[...] princípio geral da teoria da acção” (Bourdieu, 2001, p. 62), configurando-se como fundamentos únicos e exclusivos adquiridos pelos agentes durante a sua formação e que orientam todas as ações praticadas dentro dos campos.

Todo *habitus*, como lembra Bourdieu (2001), consiste em uma relação dialética entre o social e o individual, visto que o agente interioriza individualmente o conjunto de regras que estão vigentes dentro do campo em suas práticas, ao tempo em que exterioriza as suas percepções e visões por meio de ações que contribuem para a (re)estruturação do campo.

A noção de *habitus* contribui para entender a lógica de funcionamento do campo científico à medida que “[...] um cientista é a materialização de um campo científico e as suas estruturas cognitivas são homólogas à estrutura do campo” (Bourdieu, 2001, p. 62). Portanto, as normas e princípios que estruturam o campo científico são considerados eficazes à medida que seus agentes estão familiarizados com elas,

tornando-se capazes de percebê-las, apreciá-las e cumpri-las.

A compreensão do *habitus* de um agente ocorre por meio da análise de sua trajetória individual e social. O sucesso no percurso dessa trajetória permite ao agente interpretar com maior rapidez o senso do jogo, ao tempo em que lhe garante elevado domínio sobre as regras do campo e a sua possibilidade de acumular capital científico está diretamente relacionada à dimensão desse domínio (Bourdieu, 2001).

3.3 O CAPITAL CIENTÍFICO

Pode-se considerar o capital científico como uma espécie particular de capital simbólico, amplamente disputado pelos agentes dentro de um campo. A posse desse capital permite ao seu portador retirar-se da indiferença, do mundo obscuro e despercebido, no qual se encontram a maioria dos homens comuns (Bourdieu, 1983). Ao acumular capital científico, o agente faz o seu nome, isto é, busca ser conhecido e reconhecido entre os seus pares-concorrentes, pela qualidade de sua produção científica ou pela ocupação de posições políticas importantes dentro do campo.

Há duas espécies de representação do capital científico: o capital científico puro e o capital científico temporal. O puro está relacionado ao prestígio individual do pesquisador, ou seja, ao reconhecimento de sua habilidade intelectual que “[...] repousa quase sempre exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles” (Bourdieu, 2004, p. 35). Por sua vez, o temporal é o acumulado pelos agentes por meio de estratégias políticas e está quase sempre relacionado

[...] à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratório ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos, etc) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura (Bourdieu, 2004, p. 35).

Essas duas espécies de capital científico possuem diferentes leis de acumulação. O capital científico puro é o acumulado normalmente pelas contribuições “[...] reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico)” (Bourdieu, 2004, p.36), enquanto o capital científico temporal é o acumulado pelo estabelecimento de estratégias políticas específicas que demandam tempo para concretizar-se, a exemplo de “participação em comissões, bancas de teses e de concursos, colóquios mais ou menos convencionais no

plano científico, cerimônias, reuniões” (Bourdieu, 2004, p. 36).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como principal objetivo construir uma cartografia do poder sob as perspectivas de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, dois importantes intelectuais da filosofia francesa que estudaram o poder enquanto relações de dominação e de sujeição a que estão submetidos os múltiplos agentes no interior dos campos sociais.

Em Michel Foucault foi resgatada a analítica do poder, discutindo-se, no primeiro momento da abordagem, sobre as três principais fases ou etapas do pensamento deste autor: arqueologia, genealogia e cuidado de si. No decorrer da argumentação, foram apresentadas as principais características do poder para o intelectual, bem como as três tecnologias disciplinares do seu arcabouço teórico: poder disciplinar, bio-poder e governamentalidade.

Ao discutir sobre poder disciplinar este texto trata de mostrar quais são as técnicas disciplinares utilizadas dentro das instituições sociais para exercer o disciplinamento dos corpos, tornando-os dóceis politicamente e ágeis socialmente, bem como apresenta a teoria do panoptismo utilizada durante muitos anos para controlar os corpos dentro das instituições disciplinares.

Na segunda parte do texto discute-se sobre a epistemologia de Pierre Bourdieu que é detentor de um vasto patrimônio teórico que permite ao leitor entender como ocorrem as relações de poder e de dominação no interior dos campos sociais. Nesse sentido, são resgatados os conceitos de campo científico, *habitus* e capital científico, ferramentas teóricas que possibilitam entender como são construídos os discursos científicos que se encarregam de fazer circular o poder simbólico entre os agentes pertencentes aos campos científicos.

Este texto não teve a pretensão de esgotar todas as discussões sobre a cartografia do poder tratada nestas linhas dentro da perspectiva teórica de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, nem de apresentar abordagens divergentes das dos autores. Entretanto, este trabalho pode servir enquanto ponto de partida para que novas investigações possam ser realizadas no intuito de aprofundar, ainda mais, as articulações teóricas desses dois expoentes da filosofia e sociologia francesa do século XX.

REFERÊNCIAS

- BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.
- BRANCO, G. C. Foucault. In: PECORARO, Rossano. (Org.). *Os filósofos: clássicos da filosofia*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Vozes, 2009, p.280-303.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2003.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *O campo científico*. In: _____. *Sociologia*. São Paulo: Atica, 1983.
- _____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: edições 70, 2001.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTELO-BRANCO, G. (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2000.
- CATANI, A.M. *A sociologia de Pierre Bourdieu: ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras*. Educação & Sociedade, ano 23, n.78, p.57-75, abr.2002.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DÍAZ, Esther. *A filosofia de Michel Foucault*. Tradução de Cesar Candioto. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Excertos do Curso do Colleege de France de 77/ 78, s/d (mimeo)*.
- _____. *L' impossible prison, recherches sur le systeme pénitentiaire. au XIX siècle*. Paris: Éd. du Seuil, 1980.
- _____. *Subject and Power*. In: DREYFUSS, H. & RABINOW P. *Beyond structuralism and hermeneutics*. Brighton: the harvester press, 1982.
- _____. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 19.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GALLO, S. *Do cuidado de si como resistência à biopolítica*. In: Guilherme Castelo Branco; Alfredo Veiga-Neto. (Org.). *Foucault: Filosofia e Política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 371-391.

GALLO, S. *Foucault: (re)pensar a educação*. In: Alfredo Veiga Neto; Margareth Rago. (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 253-260.

KOHAN, W. O. *Foucault e o Cuidado de Sócrates*. In: Evaldo Antônio Kuiava; Idalgo José Sangalli; Vanderlei Carbonara. (Org.). *Filosofia, formação docente e cidadania*. Ijuí, RS: Editora da UNIJUI, 2008, p.57-82.

MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MICELI, S. *Um intelectual do sentido*. *Folha de São Paulo*, caderno Mais!, 7 fev.1999.

SOUSA FILHO, A. *Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística*. In: Albuquerque Júnior, Durval Muniz de; Veiga-Neto, Alfredo; Sousa Filho, Alípio de. (Org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 13-26.

VALLE, I.R. *A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável*. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.1, p.117-134, jan./abr.2007.

VASCONCELLOS, M.D. *Pierre Bourdieu: a herança sociológica*. *Educação & Sociedade*, ano 23, n.78, p.77-87, abr.2002.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Pensadores & Educação, 5).